

LINGUAGEM DA PAIXÃO: INTELLECTUAIS E POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

THE LANGUAGE OF THE PASSION: INTELLECTUALS AND CULTURAL POLICIES IN BRAZIL

Mariella Pitombo*
Frederico Barbosa**

Introdução

O conflito em torno de palavras obedece a regras diferenciadas no campo político e no campo da controvérsia científica. A pertinência do saber e da compreensão da realidade social típica da cientificidade cede lugar à conquista do poder no espaço político. Nesse último, o uso da palavra intenciona o estabelecimento de coalizões e alianças, marginalizando os adversários,

ressaltando suas debilidades, divisões e incapacidades para responder a certos problemas.

O campo da análise políticas culturais tem se caracterizado pelo uso de perspectivas normativas e pela adesão a campos de valores alinhados internamente a posições homólogas externamente. Em geral, as decisões a respeito dos sentidos da interpretação, dos resultados e dos valores das políticas gerais ou específicas já foram feitas

* Professora Adjunta do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia UFRB (Santo Amaro/BA/Brasil). Doutora em Ciências Sociais pela UFBA. E-mail: mariella.pitombo@gmail.com

** Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – e professor do Centro Universitário de Brasília – UniCeub – (Brasília/DF/Brasil). Doutor em Sociologia pela UnB. E-mail: frederico.barbosa@ipea.gov.br

antes do jogo analítico-empírico começar. Nesse espaço reflexivo, a crítica e a problematização nem sempre é bem-vinda, pois significaria, talvez, a fragilização do conjunto de apostas e posições de ação.

Entretanto, existem práticas interpretativas que colocam para as ciências, a nosso ver, questões mais complexas, quais sejam, as perspectivas interpretativas que têm sentido laudatório, normativo e particularista (com adesão linear e não reflexiva a configurações valorativas descontextualizadas das relações sociais concretas) e que para se manter com essas características faz generalização que carecem de base empírica, oposição ideológica e subsunção simplista de valores aos fatos. Para contornar essas características dos usos específicos da linguagem interpretativa, dos seus usos políticos, normativos e valorativos, o que denominaremos aqui “**usos metafóricos da linguagem**”, é possível imaginar e mesmo, exercitar, certo uso controlado das teorias, de conjuntos de assertivas formais, de modelos ou tipologias, que têm como objetivo a descrição ou interpretação empírica. Ou seja, as assertivas se orientam para interpretar o mundo como ele é, mesmo que se reconheçam os excedentes de significados de qualquer linguagem, inclusive a científica experimental ou descritiva (narrativa referencial) (PASSERON, 1995).

É difícil explicar ao certo os porquês daquelas características interpretativas das pesquisas e das avaliações no campo das políticas culturais, ou seja, da normatividade e unilateralidade, já que as críticas e as visões alternativas a respeito do mesmo objeto são vitais para o aperfeiçoamento das ações e deveriam ser bem-vindas ao

ambiente democrático e de pesquisa.

As pesquisas sobre políticas culturais no Brasil têm conhecido um crescimento recente como objeto de investigação. Um grupo de pesquisadores, nucleados em torno da Universidade Federal da Bahia, que denominaremos aqui de Rede Cult, tem capitaneado a produção de conhecimento sobre a temática. Analisar as dinâmicas de funcionamento dessa rede e mais especificamente suas estratégias, princípios e valores que orientam sua produção simbólica é um dos propósitos deste trabalho.

1. Ponto de partida

A metáfora pressupõe um excedente de significados em relação ao que está sendo enunciado¹. Esse excedente depende de variáveis de contexto, mas também de regras culturais das comunidades de fala. A redução da metáfora a uma “rede” de enunciados descritivos, pretensão dos métodos nas Ciências Sociais, nem sempre é possível. Entretanto, na análise de políticas públicas, no mínimo, tem-se de apontar estratégias para a descrição da realidade dos campos sociais, das interações que dão sentido aos processos e desempenhos da ação. A descrição sobre “o que se diz” dos repertórios narrativos, representações, imagens e crenças e de como se relacionam faz parte do jogo interpretativo, mas estes elementos não estão soltos e nem são autônomos em relação às materialidades (recursos com pesos específicos) das relações estruturadas e de suas necessidades internas.

A escolha do raciocínio sociológico pelas interpretações de *entremeio* ou pelas redes narrativas, híbridas por definição, ou

1. Para as complexas relações entre metáfora e linguagem, ver Searle (1995).

seja, em que os sistemas de assertivas ou enunciados são, a uma só vez, descritivos e construtores da realidade, performativos, não procura evitar uma série de perguntas delicadas – o que de fato aconteceu? Quais os sentidos? Ao evitá-las, as análises sociológicas assumem posições construtivistas relativamente ingênuas, próximas àquelas opiniões de senso comum que deseja criticar. Ou simplesmente ocupam as interpretações com metáforas, valores e analogias selvagens, como se disse, laudatórias, normativas e particularistas.

De um lado, é possível apontar afastamentos absolutos entre narrativas e práticas, assim, falar é sempre afirmar posições políticas e sociais, justificando-as, fazer o jogo das performances, sem preocupações com a explicação das suas razões e fundamentos sociológicos. Já que a objetividade não é possível, aderir a posições específicas torna-se o jogo.

Ou, por outro lado, mais diretamente, sem considerar que as formas de positivismo científico já imaginaram essa possibilidade sem sucesso, pressupor a aderência completa entre narrativa e a realidade.

O raciocínio sociológico é, já mencionado acima, um raciocínio de *entremeio*, que pressupõe a construção teoricamente controlada do seu objeto, mas também o diálogo com os processos sociais complexos de construção de significados antagônicos que constituem o próprio objeto que precisa ser explicado.

Em primeiro lugar, a ideia da interpretação como pertencente ao rol das narrativas híbridas aponta para a performatividade da linguagem. A descrição e a metáfora estariam no mesmo plano. A descrição e a normatividade seriam faces da mesma moeda. As interpretações que atores fazem de si e de suas práticas devem ser descritas nas suas estruturas, conexões, relações e intensidades empíricas. Entretanto, algo acontece fora das narrativas, ou seja, as estruturas objetivas, interações estruturadas e as redes de comunicação mais ou menos eficientes para coordenar as ações entre atores.

Assim, a interpretação sociológica deve ser ajustada ao mundo empírico e a ação deve levar a sério, tanto quanto a estrutura ou estruturas das narrativas e representações ou os contextos objetivos². É um grande desafio entender as relações entre a produção simbólica dos pesquisadores e o complexo de relações fixadas pelos seus sistemas de enunciados fixos (laudatórios, normativos e valorativos) com as intenções políticas. Na verdade, enfrentar o desafio é estabelecer um sistema de hipóteses sobre as relações entre a prática de interpretação das Ciências Sociais e suas adesões a valores sociais mais amplos. Há razões sociológicas e sociais para que essas relações sejam densas, para o caso brasileiro³.

Aqui, nossas escolhas também assumem posição. A descrição das estruturas das interpretações e narrativas científicas ou, no limite, políticas, permitem certa liberdade

2. As teorias sociológicas dão diferentes ênfases nas interações intersubjetivas, nas estruturas das relações ou nas representações ou valores, ou seja, em aspectos fenomenológicos ou estruturais da experiência social. Em qualquer caso, a experiência tem estruturas relacionadas à formação, dissolução e adesão a grupos significativos e que possibilitam a experiência social.

3. Peirano (1991) interpreta a presença de representações do cientista social no Brasil como uma espécie de intelectual engajado. Ver também Pecaut (1990) e Miceli (2001).

para pensar a ação e o que está em jogo na escolha pelo uso mais intensivo de certos recursos e estratégia no espaço estruturado das diferentes e estruturadas relações sociais. Saber quem se relaciona com quem, seus objetivos específicos e as orientações gerais permitiria afinar os instrumentos de coordenação, diálogo e a otimização do uso dos recursos disponíveis.

Portanto, assumimos a diferença entre as crenças, que representam as coisas como elas são, sendo passíveis de serem verdadeiras ou falsas, os desejos ou a abordagem normativa, que assume uma representação das coisas como gostaríamos que elas fossem ou tentamos fazer que elas sejam. Daí as necessidades heurísticas de se levar a sério as crenças e as redes narrativas dos atores e do próprio cientista social, que carecem, no processo interpretativo, de serem descritas empiricamente ou controladas reflexivamente.

Entretanto, a interpretação, as palavras e os enunciados se ajustam ao mundo num duplo sentido, são mais ou menos adequados na explicação das estruturas externas e devem interpretar os padrões de relações sociais subjetivos. Assim, as interpretações sociológicas não devem ser reduzidas a referentes fixos, a assertivas fixas, a valores, categorias pré-construídas, a ideologias ou a normas, mas devem ser consideradas no seu processo de vai-e-vem entre assertivas e empiria.

2. Os Estudos sobre políticas culturais: considerações à luz da sociologia da ação pública

No caso dos estudos na área das políticas culturais, desenvolvidos recentemente no Brasil, pode-se dizer que são caracterizados pela tradição de ausência de metodologias que levem a sério as relações empíricas, a estrutura relacional do objeto

e sua construção teórica controlada. A produção dominante pouco aciona as críticas das Ciências Sociais sobre a institucionalidade que organiza e instrumentaliza a ação do Estado, não discute a tensão entre ação e valores ou tampouco se debruça sobre a disputa entre diversas interpretações e concepções sobre as políticas culturais. Em geral, os esquemas interpretativos desenvolvem-se em torno de oposições abstratas como, por exemplo, entre governos antagônicos, republicanismo e neoliberalismo, Estado e mercado, democracia e autoritarismo, desigualdade e igualdade e tantas outras categorias que constroem interpretações. Todas estas categorias são abertas semanticamente e objeto de controvérsias. Sociologicamente, seus sentidos referem-se a usos específicos e contextuais.

Do nosso ponto de vista, a administração pública – ou o Estado de forma geral – são conjuntos de atividades e ações que têm como objetivo a configuração de condições materiais e institucionais para realização de finalidades políticas e sociais. Diferentes instrumentos podem ser criados e mobilizados, sendo que o financiamento é apenas uma das múltiplas dimensões dos dispositivos de políticas públicas. A teia de normas, práticas, agendas, estruturas institucionais e conceituais viabilizam e dão significado às despesas públicas e seu perfil alocativo retrata disputas e os instrumentos escolhidos para organizar as ações. Há um grave equívoco na simplificação da administração pública a elementos técnicos e de gestão.

A mesma simplificação é corrente a respeito do Estado. O Estado e a administração são configurados por conjuntos de relações sociais que mantêm relações entre si, constituindo-se em redes complexas e contraditórias de influências e determinações que

incidem na organização dos atores, suas práticas, orientações normativas e preferências, nas instituições, processos, metodologias, ideias, etc.

A leitura que fazemos dos trabalhos sobre políticas culturais leva-nos ao seguinte argumento: é necessário reconfigurar e orientar as pesquisas para que sejam feitas a partir de métodos, teorias e levantamentos empíricos capazes de fornecer descrições que considerem as complexidades que o assunto exige. Resolver problemas significa reconhecer-lhes a complexidade. Não bastam entrevistas ou levantamentos ingenuamente passíveis de verificar hipóteses estrategicamente formuladas, ou o postulado e descrição dos quadros de proposições que constituem o desenho e justificativa das políticas, embora esse passo inicial seja fundamental.

Consideramos que a complexidade dos campos de ação pública exige um tratamento mais adequado para as relações entre racionalidade técnica e política, para as regras do jogo orçamentário (o que implica em entendê-lo nos seus aspectos macro, mas também nos conteúdos programáticos), para as características das burocracias e capacidades estatais, para a dimensão simbólica das relações sociais internas, concretas e empíricas entre Estado e sociedade. Essa complexidade põe em xeque a maneira tradicional de se pensar a política e a ação.

2.1. Estudos sobre políticas culturais: um campo politizado

Deslocando a ênfase do espaço da pesquisa empírica para os estudos como espaço de mediação, reflexão e formação críticas, também deslocamos ligeiramente os sentidos passíveis de serem atribuídos aos estudos elaborados pela Rede Cult.

O papel dos intelectuais é central no processo de produção de significados, mas talvez não haja mais lugar para o intelectual tradicional e para o intelectual total. O lugar da mediação ainda está aberto, mas tratar a política sem considerar o cenário institucional é tratar de outro fenômeno, mais simplificado, que é a luta ideológica abstrata, sem contexto empírico concreto, no qual a opinião geral e principiológica é vista com bons olhos. Fácil nesse contexto demonizar ou santificar o Estado, idealizar ou desconstruir forças políticas específicas.

Todavia, como já se afirmou, a sociologia da ação pública ou a análise de políticas públicas implica em exatamente considerar as densas relações entre política, administração e ação social como parte de relações simbólicas estruturadas. Se o papel dos mediadores (intelectuais) é central, também devem ser contextualizados.

3. Os intelectuais como mediadores

Para seguir a reflexão, antes apontamos para as características que a pesquisa está ganhando nas Ciências Sociais empíricas. Para tal, relacionaremos a reflexão com autores que estabilizaram pesquisas e reflexões, em linhas gerais, em torno da crítica do intelectual tradicional, mesmo que, em alguns casos, mantenham nas suas reflexões algo do estilo normativo-abstrato daquele tipo-ideal.

O quadro 1 apresenta os autores que utilizamos na construção da nossa reflexão. Não exporemos a concepção de cada um, não temos a pretensão da exegese, mas a de dizer que aqueles autores preparam terreno para uma concepção pragmática e situada da linguagem e da análise social. Dessa maneira, as Ciências Sociais adquirem diferentes direções, mas também relações éti-

cas e posicionais em relação às diferentes ideologias, instituições e interesses sociais.

É de se dizer que, depois, voltaremos nossa atenção para dois autores, Pierre Bourdieu e Antônio Gramsci, mediados pela

reflexão de Michel Burawoy (2009, p.233-244; 2009, p. 219-230) a respeito do intelectual público, e de Edward Said (2005), sobre as representações do intelectual.

Quadro 1 – Paradigmas sobre os intelectuais

Autor	Conceitos centrais	Questões teóricas	Objetivos normativos
Bourdieu	Espaço social, campos, habitus, hexis, capital cultural, distinção, teoria da prática, violência simbólica; luta simbólica;	Criação da crença, lógica prática, legitimação de posições sociais, lutas por classificações;	Ampliação do campo das liberdades na determinação, desconstrução dos dispositivos de imposição do arbitrário social;
Gramsci	Intelectual orgânico, mediação ideológica, bloco histórico, hegemonia, dominação;	Função social e política dos intelectuais da produção simbólica;	Formação de ideologias e blocos históricos; Intelectual como mediador e como produtor de argumentos posicionados social e politicamente;
Foucault	Episteme, formação discursiva, dispositivos, disciplina, microfísica dos poderes (arquitetura das relações entre conhecimento, poderes e dos corpos);	Processos de subjetivação da objetividade;	Resistência estratégica no campo do saberes e poderes;
Mannheim	<i>Intelligentsia</i> autônoma;	Condições sociais do conhecimento; Autonomia relativa dos intelectuais em relação aos campos sociais;	Conhecimento universitário como conhecimento prático específico (resolução de problema se há planejamento);
Edward Said	Intelectual como crítico dos valores e das dissimetrias de poder, relações de dominação e alienação.	Crítica cultural das relações de poder.	Resistência aos discursos e interpretações dominantes; Alinhamento com os excluídos no quadro da reversibilidade da reflexão, ou seja, da crítica e da autocrítica em espaço público.

(Elaboração dos autores)

Para Gramsci, a hegemonia é a organização social do consentimento, cultural, política e economicamente, e é contingente e situacional. Pode ser estruturada ou desafiada pelos intelectuais e pelas forças inte-

lectuais aos quais se ligam. Os intelectuais orgânicos elaboram o bom senso político a partir do senso comum das classes sociais. O processo de construção de representações se dá em contato e em relação com as classes,

frações de classe, grupos e camadas sociais.

Os intelectuais tradicionais são desenraizados, elaboram suas narrativas e análises a partir de ideias gerais de justiça, de objetivos políticos e morais. O mais que os intelectuais tradicionais poderiam fazer é desmistificar a dominação, pela contraposição entre ideias gerais e fatos sociais e políticos, tendo suas interpretações um alcance limitado pelas dificuldades técnicas inerentes à sua forma de construção de conhecimento, especialmente pela distância em relação ao objeto e problemas sociais que são objeto da reflexão.

Entre os vários conceitos, o de hegemonia é especialmente importante para Gramsci. Quanto mais sólida for a hegemonia política e cultural, ou seja, a capacidade de convencimento da legitimidade e universalidade de um conjunto de propostas, de uma certa visão de mundo como de validade universal, tanto mais sólido o papel dos intelectuais e mais sedimentado o domínio de umas classes ou grupos sobre outras. O intelectual é mediador entre forças, sendo capaz de acomodar contradições e objetivos sociais diferentes, mesmo que dentro de limites claros, ou seja, no quadro de projetos políticos específicos. Os avanços econômicos, científicos, tecnológicos e institucionais devem ter sentidos e estes consolidam e criam os atores que os apoiam ou criticam. Dessa maneira, a produção simbólica é chamada a justificar projetos ou coalizões democráticas, liberais, antidemocráticas, antipopulares, conservadoras, autoritárias, modernizadoras, capitalistas, reformistas, nacional-desenvolvimentistas, socialistas etc., sem que os limites entre as configurações ideológicas e os seus ajustamentos com as configurações de forças entre os grupos sejam frequentemente tematizadas.

A mesma representação de mundo e de

política tem usos diferenciados para os diferentes grupos e classes por elas interpeladas. As relações entre visão de mundo, ideologia e representações políticas são complexas e, mesmo que a concepção de Gramsci a respeito da relação entre esses elementos e projetos políticos tenha algo de verdadeiro, não dá conta das infinitas negociações de sentido entre os atores e entre eles e o comportamento dos fenômenos econômicos e sociais. A ambiguidade e a diversidade de certas posições unidas por princípios e ideias gerais semelhantes têm como contraparte a debilidade e inconsistência tanto analítica quanto empírica, o que une as interpretações é exatamente um conjunto de proposições e valores ligados a classes específicas.

Para Pierre Bourdieu (1987), os intelectuais têm interesses na construção simbólica e estes se referem às lutas pelo monopólio da imposição de formas de representação e crença a respeito dos campos sociais. A violência simbólica para Bourdieu pressupõe a dialética entre desconhecimento, virtualmente intransponível, e reconhecimento. Aqui os controles críticos são metodológicos e sociológicos, isto é, apenas a crítica lógica, metodológica, teórica e empírica oferece conhecimentos válidos. E esta é realizada em condições sociais específicas, isto é, nos campos científicos.

Na nossa interpretação de Bourdieu, a ilusão oferecida pelo intelectual orgânico não é apenas a de um antagonista pouco simpático às formulações gramscianas, mas refere-se à falta de controle metódico da construção de conhecimento e ao reconhecimento dos efeitos de teoria e dos efeitos performáticos do discurso. Ou seja, refere-se à dificuldade de retirar da análise os elementos avaliativos e normativos constitutivos dos discursos e elaborar de forma crítica a respeito da relação por demais ín-

tima do sociólogo (cientistas sociais) com as posições e representações sociais particulares. Ao contrário de Mannheim, que pressupõe a autonomia do intelectual em relação às condições sociais, o “intelectual flutuante”, Bourdieu indica que a própria ideia de autonomia implica no investimento social numa espécie de *libido sciendi*, um interesse no conhecimento distanciado, racional, dos jogos político-sociais.

A ciência social, então, teria como pressuposição a construção teórica e empiricamente regulada do objeto, mas também do controle reflexivo das condicionantes da posição social na formulação de conjunto de assertivas teóricas e empíricas. A ciência não se mantém não normativa o tempo todo, na verdade, a ciência é reflexiva, e é exatamente esta característica que permite um vai e vem crítico entre as assertivas normativa do senso comum (e da *doxa*) e as da ciência.

3.1 Preparando o campo para pensar a mediação dos intelectuais e as Ciências Sociais

A partir dessas apropriações rápidas a respeito da sociologia bourdieusiana, seguimos nossas reflexões a respeito da argumentação sociológica. Para nós, o sociólogo convive com tentações nada triviais. A primeira tentação, que não chega a se constituir em pecado, é colocar-se em uma posição acima ou distante do conjunto de posições, como um geometral, capaz de objetivar todos os outros atores, o que lhe permitiria exercer um sobrevoou avaliativo sobre todo o campo

social e a respeito das representações disponíveis e mobilizadas, com a vantagem de não objetivar - ou raramente o fazer - sua própria posição⁴. A segunda tentação é a de universalizar posições particulares. Movimentar visões de mundo específicas no processo interpretativo, ajustando argumentos e justificativas sistemáticas, defensivas de visões particulares, não é também algo incomum no jogo político da ciência.

As Ciências Sociais podem ser acusadas de aderir a posições, ideias e explicações parciais dos atores. Ao contrário da economia, ciência altamente formalizada e deshistoricizada⁵, normativa e aplicada por definição, capaz de responder a demandas políticas sem aparentar a adesão a políticas particulares, a sociologia pode ser acusada de comprometimento com posições específicas por ter que fazer uso da linguagem natural, altamente indexada aos contextos sociais e, portanto, usada pelos atores (LAHIRE, 2008).

Analisar, classificar, sintetizar, usar princípios, ideias gerais e elaborar tipos são procedimentos usuais e atrativos no processo interpretativo, cuja finalidade última é a resolução de problemas públicos (CASTEL, 2006), descrição densa das práticas sociais (LAHIRE, 2008) ou solução de quebra-cabeças teóricos e práticos propostos pela teoria sociológica.

O trabalho das ciências sociais é, em geral, voltado para a compreensão, esclarecimento a respeito dos objetivos e sentidos da ação, mas também debater e investir energia na reflexão a respeito da adequação de orientações alternativas para a ação,

4. Sobre o raciocínio sociológico e seu espaço de assertividade em contraste com ciências formais, ver Passeron (1995). A respeito da epistemologia das ciências naturais, ver Bachelard (1996). A respeito das diferentes concepções sobre as relações entre política e sociologia, ver Lahire (2006).

5. Para uma abordagem menos reducionista do pensamento econômico, consultar Nasar, Silvyva (2012). Para o tratamento da economia como argumentação, ver Jose Marcio Rego (1996).

mesmo que estas – disposição para agir – e aquelas – disposição para compreender – impliquem em interesses muito diversos⁶. Em todo o caso, o desafio de qualquer análise em ciências é manter-se descritiva o tempo necessário, fazendo uso controlado de assertivas teóricas no processo de interpretação dos fatos históricos.

Se aquelas tentações aludidas podem ser consideradas sérias, e o são, levantam questões importantes sobre a interpretação sociológica. Entre a adesão a posições sem peso social, por um lado, pressupondo um campo sociológico autonomizado, universitário e científico e, por outro, lastreado em ideias e valores não discutidos (direitos humanos, direitos sociais, justiça, igualdade, república, democracia, desenvolvimento etc.), é necessário dizer que há um interesse na autonomia da reflexão sociológica e na afirmação de seus métodos e raciocínios específicos.

A crítica sociológica produz efeitos exatamente pelo fato de se pensar autônoma (embora o seja apenas de forma relativa) e criticamente, e por permitir o desencantamento, a compreensão e a objetivação das relações de poder simbólico. Nesse caso, a questão não é apenas o de estabelecer controles metodológicos e teóricos das assertivas sociológicas, mas movimentar o interesse no desinteresse, ou seja, estabelecer uma postura reflexiva e sistemática a respeito das condições particulares da enunciação a respeito do mundo social.

No que se refere à adesão a posições particulares, pode-se dizer que se realiza todo um trabalho de universalização do particular, pressupondo que a qualidade da

reflexão nas Ciências Sociais, neste sentido, é dada pela qualidade da conexão entre objetivos substantivos e meios, pela sua justificação argumentativa e empírica, mas, especialmente, pelo uso de processo de legitimação oferecido por critérios racionais.

Em geral, o sociólogo procura por fatos recorrentes, conexões causais, como sucessão regular de eventos que se seguem uns aos outros de forma previsível, quando não estabiliza seu objeto em classificações ou tipos que simplificam as relações reais como recurso heurístico (a exemplo de conceitos como classe, grupo de *status*, burocracia, campo, comunidade etc.) e que em muitos casos passam a funcionar como enteléquias, ou seja, categorias ou conceitos que se bastam a si mesmos. Em outros casos, os sociólogos constroem ou descrevem relações ou estruturas objetivas.

Em todo o caso, as conjunturas, acontecimentos e elementos subjetivos são tomados como epifenômenos das relações estruturadas. Se o problema da objetivação das relações de força que envolve as produções simbólicas e discursivas já é um problema metodológico importante, o que não se dirá para a análise de conjunturas, situações e interações quando os atores procuram estabilizar interpretações, mapear possibilidades de alianças e oposições, bem como controlar os significados mobilizados localmente?

Essas questões nos levam para os limites da interpretação sociológica (lembremo-nos do vai-e-vem dialético entre raciocínio natural [narrativa, interpretação, discurso, aqui não importam as distinções]) e raciocínio formal. Nos termos apresentados, voltam as

6. As Ciências Sociais são ciências históricas no sentido de que suas assertivas são indexadas a contextos precisos e que a transposição daquele conjunto de assertivas para outros contextos implica em deslizamentos semânticos e em outros significados (ver Bourdieu e Wacquat, 2008).

questões relacionadas ao uso da linguagem natural nas Ciências Sociais. O processo interpretativo implica a produção de narrativas que mobilizam usos descritivos ou referenciais, usos metafóricos, normativos, performativos etc. da linguagem, mas também na formação de conjuntos de assertivas teóricas, capazes de regular a interpretação.

3.2. Definindo o intelectual como mediador

Para Gramsci, há uma conexão estreita entre intelectual e jogos sociais. Segundo ele, ao intelectual orgânico cabe organizar simbolicamente as relações entre objetivos de grupos diversos, fazendo sínteses impossíveis. Articula, desloca, torce, dobra e corta conceitos de forma a criar associações adequadas aos grupos. O intelectual constrói argumentos que são defensivos de posições, o que Thomas Kuhn (2007), em contexto diverso, chamou de ciência normal, quando os pressupostos funcionam de maneira tácita e

os critérios de vigência são a capacidade de resolver problemas dentro de um quadro estável de teorias aplicadas (paradigmas).

Para Bourdieu, o cientista social encontra nos campos autônomos os espaços de críticas cruzadas e controle coletivo das proposições resultados de pesquisa. Vê um diferencial entre ciência e senso comum, embora, reversamente, a ciência constitua linguagens e conceitos para reelaboração do senso cotidiano. A ideia de corporativismo do universal que conhecimentos de pesquisa sejam controlados e destravem as ilusões de senso comum, próprios para sustentar a dominação simbólica, que impedem reformas e acumulações no sentido da coesão e igualdade social. A própria descrição dos campos como lutas competitivas permite a inclusão de elementos de transformação social na reflexão de Bourdieu, pois as transformações surgem das lutas entre ortodoxos e heterodoxos.

Quadro 2 – Critérios definidores do intelectual

Bourdieu	Corporativismo do universal; Autonomia do campo científico;	Campos autônomos; construção de ciência reflexiva; conhecimento empírico;	O vivido é objetivado estruturalmente; A experiência de sentido comum é objeto de reflexão e crítica empírica; O intelectual orgânico sucumbe ao vanguardismo ou ao populismo;
Gramsci	Intelectual orgânico, classe reformador- revolucionária, associação do intelectual com partidos e posições políticas particulares universalizantes;	Sociedade civil, guerra de posições. Conhecimento e ideologia situacionais;	O vivido é perspectivado e deve existir um projeto de classe trabalhadora; O intelectual orgânico atua junto às classes sociais construindo normas de ação a partir de bom senso comum; O cientista social se mantém afastado e alheio ao público;
Burawoy	Sociologia pública tradicional; Sociologia pública orgânica.	Campo científico com uso de métodos de participação intensiva nas questões sociais;	O desafio da universidade é aprender a trabalhar com grupos amplos mantendo a qualidade de sua reflexão e pesquisa.

(Elaboração dos autores)

Para Burawoy, ambos os autores – Gramsci e Bourdieu – são limitados nas representações do intelectual. Para esse autor, Bourdieu seria uma espécie de intelectual público tradicional, isto em razão da sua crença em certo padrão de objetividade e capacidade objetivação das diferentes posições sociais. Burawoy escreve:

Os públicos aos quais a sociologia pública tradicional se dirige são amplos, passivos, rarefeitos e dominantes. Esses públicos tem uma presença amorfa. Com efeito, para Mills, eles dificilmente poderiam subsistir em uma sociedade de massas, assim como para Bourdieu (2000) – outro intelectual público tradicional – as pessoas comuns eram impermeáveis à mensagem sociológica. (Burawoy, 2009, p.237).

Gramsci é, para Burawoy, o típico intelectual orgânico, a partir do qual é possível formular a ideia de sociologia pública orgânica. Nesta, pressupõe-se: “(...) nas comunidades subjugadas, a existência, para usar a linguagem de Antônio Gramsci, de um cerne de bom senso contido dentro do senso comum das pessoas. A educação sociológica é um diálogo sem mediação entre um sociólogo e um público (presencial ou presumido), que mobiliza a sociologia na elaboração dum entendimento que todos nós temos da estrutura social” (Idem, *ibidem*).

Para nós, Gramsci conhecia e reconhe-

cia os interesses sociais diferenciados e, na nossa interpretação, era ator privilegiado por ter acesso às leituras e avaliações espontâneas a respeito das forças e sentidos sociais. Ainda, segundo nossa interpretação, não dispunha de instrumentos analíticos para objetivação das posições e para as análises da ação pública e social a partir de seus inúmeros artefatos e instrumentos sociotécnicos. Embora se deva reconhecer que, para Gramsci, todos são intelectuais, mas alguns exercem as atividades de forma especializada, o intelectual para Gramsci é ator que produz certos conhecimentos práticos, mas o conhecimento mesmo não é contextualizado sociologicamente. E, talvez, essa contextualização nem seja necessária para os usos práticos, concordamos⁷. O mesmo vale para Bourdieu, exceto quando reconhece que o jogo social é estratificado em múltiplos níveis e que cada campo específico mobiliza questões específicas. Há na formulação deste último autor uma construção sociológica, num diálogo com uma tradição diferente da filosofia política gramsciana. Não ria o leitor com o truísmo, mas a tradição sociológica francesa na qual Bourdieu está inserido é uma tradição universitária. Todo o desejo de uma sociologia crítica passa por esse filtro.

A síntese das posições entre os atores seria responder ao desafio da universidade em aprender a trabalhar com os grupos sociais, traduzindo em coletivos os instrumentos de

7. As Ciências Sociais tentam assegurar que a reunião de dados respalde a interpretação e que a produção dos dados responda a um conjunto de protocolos rastreáveis e criticáveis. Da mesma forma, as Ciências Sociais pressupõem a possibilidade de crítica aos recursos teóricos mobilizados na interpretação. Esse duplo movimento reconhece que a linguagem é aberta semanticamente e que a interpretação não é uma descrição simples do que acontece no mundo, mas um jogo complexo de linguagem. O mais importante é que a interpretação nas ciências pode fracassar no contexto da discussão, exatamente por ser permeável à crítica.

diferentes espaços sociais e linguagem ajustada a outros espaços e, mesmo desenvolver conhecimentos, tecnologias e dispositivos que, por hora, dados os nossos objetivos limitados, podemos chamar de emancipatórios.

4. Os intelectuais e seus múltiplos jogos de linguagem

Como se vê, a interpretação em Ciências Sociais não se resolve com uma frase.

O significado de uma situação é produzido ao se comparar fatos com um padrão normativo. Esses podem ser padrões morais, ideais de justiça ou de convívio, teorias, modelos, enfim, construções simbólicas organizadas, em relação aos quais os fatos são contrastados e a partir dos quais vão ganhando camadas de interpretação. Manter-se descritivo na enunciação não é uma atitude afetiva, ideológica ou política, pelo menos não de forma simplista, mas exige um certo tratamento dos fatos e dos pressupostos construtivistas. Entretanto, pode-se dizer que os fatos são artefatos, pois exigem um equilíbrio entre dados, informações e pressupostos estabilizados. O discurso referencial é um dos jogos de linguagem possível. A linguagem não apenas diz o que são as coisas e as relações, mas constrói, classifica, enfatiza, propõe, desloca modos de ver, muda estados etc. Por outro lado, ser normativo não é um disfarce, manipulação ou estratégia de guerras ou competições para dizer o que são os fatos, monopolizando as possibilidades de dizer a verdade. Trata-se de mais um conjunto de possibilidades disponível para a enunciação.

É possível afirmar que um acontecimento ou um fato ocorreu. A discussão se dá sobre seus significados. Portanto, interpretá-los é associá-los a redes normativas e empíricas.

A estruturação desses padrões normati-

vos ou *habitus* (disposições internalizadas na socialização e cuja estrutura gera disposições estruturadas para pensar, agir, sentir, escolher de determinadas formas) relaciona-se com os espaços sociais estruturados e hierarquizados. As interações dos intelectuais, no quadro dessas estruturas, vão determinar o que está em jogo – e as modalidades do jogo – em cada espaço social específico. A reflexão sobre essas relações vai determinar representações e diferentes maneiras de se imaginar e desempenhar o papel de intelectual. Ou seja, considerando-o nos distintos domínios de posições posicionadas – campo artístico, jornalístico, literário, filosófico, histórico, político, econômico, etc. –, para concluir as maneiras de mobilizar diferentes representações, classificações, discursos, interpretações a respeito dos problemas públicos.

Os indivíduos, entretanto, têm alguma capacidade de refletir e usar da linguagem de outros campos, mobilizar recursos de simbolização e generalizações que remetem às autoapresentações de autonomia em relação a disputas específicas. O intelectual joga jogos específicos, ou especializados, delimitados por campos, mas também pode se pretender como uma espécie de geometral, capaz de avaliar todas as posições e ideias do espaço social ou simplesmente postular verdades a partir de posições de princípio. Além das disputas pelo sentido dos problemas e objetos de interpretação, os intelectuais também desenvolvem lealdades e adesões sérias pelas instituições ou, ao contrário das alianças, desenvolvem antagonismos corporativos mais ou menos facilmente perceptíveis nas suas análises e discursos. A tensão entre as lealdades e a independência é permanente. O equilíbrio entre capacidade de agência (reflexividade) e determinações sociais é difícil, exige em termos de esfor-

ços e controles teóricos e metodológicos. A compreensão do que determina e do que é determinado no discurso, mesmo do cientista, implica sempre a questão de se saber se as posições e interpretações são universais ou se respondem às pressões do campo, grupo e instituições de pertencimento ou de adesão mais ou menos permanentes (caso de consultores, bolsistas, temporários, contratados de forma precária etc.).

Em muitas situações, os tipos de intelectuais vão ser desenhados pelos estilos que decorrem dessas inserções; alguns deles voltam-se para criar linguagens esotéricas, jargões e interpretações que se direcionam aos pares acadêmicos, outros se concentram em desenvolver argumentos defensivos para as linhas de ação de seus grupos, outros se dedicam a pensar a resolução de problemas colocados pelas realidades sociais e culturais. Obviamente todos os conhecimentos são práticos, mas diferentemente motivados. O primeiro é o típico intelectual tradicional e o segundo é o intelectual orgânico de Gramsci; já o terceiro, é pragmático.

Os traços são exagerados e podemos repetir o velho refrão de que tipos organizam os argumentos, mas vamos encontrar interconexões e misturas entre os padrões tipológicos delimitados, quando os localizamos nas práticas sociais efetivas. Os tipos-ideais são: acadêmico-universitário, militante e planejador. Cada um resulta de disposições específicas, mas que se misturam e se relacionam de maneira interdependente nos diferentes espaços de produção simbólica. Nada impede que a reflexividade amplie a redirecione motivações e objetivos para abranger objetivos parciais e totais de outros atores. Além disso, os bens e produções circulam para públicos mais ou menos especializados, impactando nos modos de trabalhar e produzir conhecimento e ação.

Talvez, o dilema mais importante em relação a esses atores sociais refira-se ao seu caráter, qualificado por alguns de “flutuante” ou “enraizado”. O primeiro caso se refere a uma representação dos intelectuais como atores que lastreiam suas preocupações em ideias e valores “universais”, mais do que em questões de especialidades ou orientações normativas particulares. No segundo, os intelectuais seriam ligados a grupos ideológicos, institucionais ou de interesses, daí o caráter “enraizado” do intelectual, representação que associa o intelectual e o ancora, e à sua atividade reflexiva a campos especializados e autônomos, a instituições específicas (universidades, mídias, *thinktanks* – governamentais ou privados –, corporações profissionais etc.) ou a grupos sociais (classes, movimentos sociais, Estado, empresas, sindicatos etc.).

Evidentemente, todas essas representações questionam sobre as possibilidades de que os intelectuais digam a verdade e indaguem sobre as condições de possibilidade de fazê-lo. De um lado, colocam importantes questões a respeito das condições do conhecimento crítico, heterodoxo e insatisfeito com as condições do próprio saber e da situação social vigente. Do outro, o pensamento conservador ou acomodado, satisfeito com o saber normalizado e com as desigualdades, vulnerabilidades e exclusões sociais e culturais é indagado nas suas questões e descrições específicas. Entretanto, a simples acusação de crítico ou conservador não resolve nada a respeito da qualidade da reflexão.

5. Rede Cult: intelectuais e suas práticas

Desde meados dos anos 2000, um grupo de pesquisadores que chamaremos aqui de Rede CULT, aglutinados em torno do Centro

de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), vinculado à UFBA, vem se consolidando como um dos principais intérpretes para o fenômeno das políticas culturais no Brasil, principalmente àquelas implementadas na história mais recente do país.

Não custa lembrar que a conformação de tal grupo coincide com o momento no qual a esquerda assume o comando político do país, inaugurando a fase que alguns estudiosos vêm denominando de “lulismo” – quer dizer, o período de governo federal iniciado com a posse de Luís Ignácio Lula da Silva como presidente do Brasil, em 2003, reeleito para um segundo mandato, e sucedido por Dilma Rousseff, em 2011, também reeleita em 2014. Tal contextualização não pode ser desconsiderada tendo em vista as relações desses intelectuais com as estruturas de poder que ora assumiam o comando do país, situação que condicionou fortemente os trânsitos entre vida acadêmica e vida política e consequentemente impactou nos programas de pesquisa e modos de interpretação das políticas públicas de cultura – principal objeto de análise desse grupo.

A rede reúne colaboradores associados aos processos de construção das políticas culturais e possui um específico *modus operandi* que vem lhe garantindo perenidade e legitimidade como camada portadora de sentido para as políticas culturais no Brasil. Seus produtores e participantes e mesmo seus organizadores transitaram (ou transi-

tam) em espaços institucionais centrais na configuração das políticas culturais contemporâneas, sobretudo àquelas vinculadas ao que chamamos de Era Lula. Descrever brevemente o perfil desse grupo e seu modo de produção é o foco desta seção.

Como já mencionado, o grupo foi estruturando-se ao redor do CULT/UFBA em meados dos anos 2000, tendo como figura de proa nesse processo Albino Rubim, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Naquele momento, mais precisamente, em 2003, criava-se o CULT – um centro destinado ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão sobre cultura. Em 2005, o Centro promove a primeira edição do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT)⁸, evento científico que viria a tornar-se um fórum de referência para discussão sobre políticas culturais e espécie de sementeira para a conformação da rede que se tornaria referência na área.

Os primeiros passos da sua institucionalização enquanto rede de pesquisadores deu-se em 2007, quando criaram a REDEPCULT⁹ durante a realização do III Enecult, numa iniciativa liderada por Albino Rubim. Cabe ressaltar que o grupo que estamos definindo aqui como Rede Cult extrapola a configuração inicial da REDEPCULT, ainda que os membros desta última sejam as principais figuras que animam a dinâmica do grupo de intelectuais que vem se con-

8. Para maiores detalhes sobre o histórico do ENECULT e seus impactos no agendamento de pesquisas sobre políticas culturais no Brasil (ver RUBIM; VIEIRA, SOUZA, 2014).

9. A rede é composta por pesquisadores de várias instituições e desenvolve projetos coletivos de estudos, pesquisas, seminários e cursos e é também responsável pela publicação do periódico Políticas Culturais em Revista. Integram a rede Albino Rubim (UFBA), Lia Calabre (Fundação Casa de Ruy Barbosa), Alexandre Barbalho (UECE), Anita Simis (UNESP), Francisco Humberto Cunha Filho (UNIFOR), Isaura Botelho (CEBRAP), José Marcio Barros (PUC-Minas/UEMG), Claudia Leitão (UECE), Paulo Miguez (UFBA) e Leonardo Costa (UFBA) .

solidando como hegemônico nos estudos sobre políticas culturais. Isto porque, a rede mais ampla, ou Rede Cult, faz gravitar em sua órbita um número maior de pesquisadores que possuem vínculos acadêmicos com os principais protagonistas.

Se há um ponto em comum que os une é uma posição ideológica vinculada aos valores progressistas, tendo alguns deles, inclusive, histórico de militância em partidos políticos de esquerda. Por conta desse perfil

e das trajetórias de alguns deles, uma circulação estreita entre campo político e campo acadêmico acabou estabelecendo-se¹⁰.

O trânsito estreito que os pesquisadores estabelecem entre o campo acadêmico e o político confere-lhes um caráter bifronte na sua atuação. Isto é, ao tempo em que são agentes que se ocupam em refletir sobre o tema das políticas culturais através da uma produção científica profícua, atuam, por outro lado, como agentes nativos da esfera

10. Albino Rubim é um dos principais protagonistas da rede. Professor titular da Universidade Federal da Bahia, Rubim foi o idealizador do ENECULT, fundou o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - CULT na UFBA (2003) e o Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade - Pós Cultura (2005), programa que vem se tornando um importante celeiro da produção científica acerca dos temas ligados à políticas, gestão e economia da cultura no país. Desde os anos 2000, vem produzindo com regularidade estudos e pesquisas sobre políticas culturais no Brasil cuja temática preponderante é a relação entre Estado, cultura e política no país, gerando um número significativo de livros e artigos que tem se transformado em referências recorrentes para as pesquisas que versam sobre políticas culturais no Brasil. O seu vínculo estreito com o campo político, através da sua filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT) possibilitou uma interlocução intensa com o Ministério da Cultura nas gestões do PT, especialmente durante os dois ciclos de governo Lula, tendo a frente da pasta os ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira. A sua proeminência enquanto especialista no campo das políticas culturais lhe alçou ao posto de Secretário de Cultura do Estado da Bahia no período de 2007 a 2010, durante o segundo ciclo de governo de Jaques Wagner, também do PT. Alexandre Barbalho é historiador, tendo defendido doutorado na Universidade Federal da Bahia, sob orientação de Albino Rubim. É professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE). O trânsito pelo Ministério da Cultura também marca a trajetória desse pesquisador, atuando principalmente na condição de professor de cursos oferecidos pelo ministério com objetivo de capacitar gestores culturais. Barbalho passou também pela experiência de ocupar um cargo na gestão pública da cultura, tendo assumido por um rápido período o cargo de presidente da Fundação de Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Fortaleza, durante a gestão da prefeita Luizianne Lins, também vinculada aos quadros do PT. Lia Calabre é historiadora e funcionária de carreira da Fundação Casa de Ruy Barbosa, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, e ocupa a chefia do setor de pesquisas em políticas culturais. É também a idealizadora e organizadora dos Seminários Internacionais de Políticas Culturais, sediados na mesma instituição e que ao lado do ENECULT vem se tornando um dos principais fóruns de debates nacionais sobre o tema das políticas culturais. A pesquisadora possui também um número expressivo de publicações cujas temáticas giram em torno da história das políticas públicas de cultura no Brasil, bem como na análise de programas e instrumentos de política e gestão cultural. Claudia Leitão é professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Possui intensa experiência na gestão pública da cultura: foi Secretária de Cultura do Estado do Ceará e Secretária de Economia Criativa do Ministério da Cultura, entre 2011 e 2013 durante a gestão de Marta Suplicy à frente do MinC. É ainda consultora para a economia criativa da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD). Paulo Miguez é economista, professor da UFBA e ex-orientando de Albino Rubim. É também um dos pesquisadores que constrói sua trajetória num trânsito estreito entre o universo acadêmico e o campo da

das políticas culturais ao ocuparem postos de gestão, colaborando assim para a constituição de práticas e discursos sobre o “fazer” das políticas culturais. Tal dinâmica, como veremos na próxima seção, confere uma especificidade na epistemologia gerada por esses estudos, qual seja: um alinhamento de ideologias entre o campo político e o campo intelectual.

Há de se destacar ainda que parte dessas figuras tem sido também responsável por processos formativos em universidades públicas, contribuindo assim para a formação de uma linhagem de pesquisadores sobre políticas culturais que, por sua vez, vêm ocupando os quadros docentes de universidades públicas. Tal dinâmica vem gerando um ciclo de reprodução de esquemas interpretativos que orientam a rede, bem como para a estabilização da sua hegemonia.

Nomes como Albino Rubim, Alexandre Barbalho, Lia Calabre, Isaura Botelho, José Márcio Barros, Paulo Miguez, entre outros, são mediadores intelectuais importantes que estabelecem a agenda de pesquisa que

é referência no campo de estudos da cultura e que é explorada por pesquisadores da área. A área tem um número de outros autores de referência que dialogam e são referenciados na rede e que certamente constituem redes dentro das redes e que se relacionam a outros universos de pesquisa, caso de pesquisadores ligados às artes, aos direitos culturais, à economia criativa, entre outros.

5.1 Mídias e circulação do conhecimento

Uma das estratégias de ação desse grupo de intelectuais foi a criação de um conjunto de veículos para disseminação da sua produção. Numa lógica circular, à medida que esses intelectuais iam lançando suas publicações, foram tornando-se referências importantes, no compasso em que ocupavam um espaço relativamente vazio na produção acadêmica sobre o tema das políticas culturais. Nesse sentido, as publicações foram um dos principais vetores da visibilidade do grupo no compasso mesmo em

gestão pública da cultura. Entre 2003 e 2005 atuou no Ministério da Cultura como Assessor Especial do Ministro Gilberto Gil e como Secretário de Políticas Culturais. Foi ainda membro do Conselho Estadual de Cultura da Bahia entre 2009 e 2011. Francisco Humberto Cunha Filho é professor da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Sua produção está voltada para estudos acerca do tema dos direitos culturais, patrimônio cultural e políticas culturais. Foi Secretário de Cultura de Guaramiranga (CE) entre 1991 a 1993 e diretor de Ação Cultural da Secretaria de Cultura do Ceará (1988-1991) e membro do Conselho Estadual de Cultura do Ceará (2004-2011). José Marcio Barros é professor da PUC-Minas e da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). É o fundador do Observatório da Diversidade Cultural uma plataforma que desenvolve ações colaborativas entre agentes culturais, artistas, gestores públicos e pesquisadores, voltadas para a temática da diversidade cultural. Barros é também um pesquisador que estabeleceu uma relação com o Ministério da Cultura mediante consultoria na construção de Redes de Observatórios da Economia Criativa, implementada pela Secretaria da Economia Criativa. Ademais, participa como consultor de programas voltados para a construção de planos estaduais e municipais de cultura em parcerias com universidades e o Minc. Isaura Botelho é pesquisadora do CEBRAP e atua principalmente como consultora, realizando estudos e pesquisas sobre práticas de consumo e públicos para a cultura. Ocupou cargos de gestão no Ministério da Cultura desde os anos 80, com passagem pela Funarte e nas gestões de Celso Furtado e Gilberto Gil, quando coordenou, entre 2003 e 2005, o setor de pesquisas e planejamento da Secretaria de Políticas Culturais.

que a recorrência crescente a essa produção lhes concedia um espaço privilegiado de interpretação e produção de sentido para o fenômeno das políticas culturais no Brasil.

O CULT, nesse sentido, ocupou o lugar de principal núcleo promotor das publicações de pesquisadores da Rede. A *Coleção CULT*¹¹, os anais do *ENECULT*¹², a *Coleção Sala de Aula*¹³ e o periódico *Políticas Culturais em Revista*¹⁴ são os instrumentos de destaque desse conjunto de produções capitaneado por intelectuais da rede. Em outro artigo por nós produzido (2018), tomando como estratégia metodológica a bibliometria, analisamos a recorrência de autores nacionais e internacionais que embasam as pesquisas mais recentes sobre políticas culturais. Da amostra selecionada¹⁵, depreendeu-se um quadro de citações que ilustram a predominância dos autores da Rede Cult, com destaque especial para: Albino Rubim, Alexandre Barbalho, Lia Calabre e Isaura Botelho. A hegemonia dos autores da rede

como referência na produção de conhecimento sobre políticas culturais é viabilizada, em certa medida, pelo conjunto da produção disseminada nas diferentes mídias que a própria rede organiza.

A função do conjunto das produções é exatamente, como mídia organizada e sistemática, a de demarcar possibilidades discursivas ou, como diria Michel Foucault (2000), delimitar os seus regimes e formações discursivas. Essa dimensão caracteriza o trabalho desses autores, que, além de escritores, exercem o papel no sistema educacional e nas instituições políticas, no qual também atuam em processos formativos gerais e específicos, no caso de gestores públicos, e exercem funções diretamente vinculadas à administração pública.

Os artigos veiculados por estas distintas mídias povoam fortemente as referências dos estudos sobre políticas culturais desenvolvidos mais contemporaneamente no país. Numa confluência entre contexto

11. A Coleção CULT foi lançada em 2007, é editada pela EDUFBA e já conta com a publicação de 29 títulos, na sua grande maioria dedicada à temática das políticas culturais. É um dos principais veículos de divulgação da produção do grupo e onde se materializa com mais força as colaborações entre os membros da rede.

12. Até o momento, já foram realizadas 13 edições do evento ininterruptamente. Em suas dez primeiras edições (2005-2014), 4.300 artigos foram submetidos ao evento. O GT de Políticas culturais é um dos grupos que mais atrai apresentação de comunicações. Os artigos veiculados nos anais do evento têm servido como fonte importante para os estudos sobre políticas culturais. Muitos deles são publicados posteriormente nos livros da Coleção Cult.

13. Trata-se de uma coleção destinada à divulgação de textos introdutórias sobre questões relativas à cultura em geral e as políticas culturais, mais especificamente. A coleção tem apenas quatro números. Mas um dos deles, intitulado "Organização e produção da cultura" (2005), comparece como uma referência de destaque na pesquisa bibliométrica que realizamos tomando como corpus o conjunto de artigos apresentados no Enecult. Este caso específico revela o modo como o preenchimento de uma lacuna de reflexão sobre determinados temas pode gerar um espaço de legitimidade de discursos por ser inaugural.

14. O periódico Políticas Culturais em Revista é uma iniciativa da REDEPCULT e é por ela editada. Seu primeiro número foi publicado em 2007. Até o momento, já possui 19 números publicados e já atingiu uma avaliação relativamente alta dentro das categorias avaliativas da CAPES.

15. O estudo tomou como corpus de análise um conjunto de 268 artigos sobre políticas culturais apresentados em dez edições do ENECULT (2005-2014).

político e agendamento de programas de pesquisa, ousa-se aqui a afirmar que este grupo tem contribuído para a conformação e a crescente consolidação de um campo de pesquisa cujo eixo central gravita em torno das políticas culturais. Nesse processo mutuamente implicado, caminham, *pari passu*, o crescimento da agenda de pesquisa sobre políticas culturais nos programas de pós-graduação nos quais atuam os membros da rede (condição que possibilita a formação de uma geração de pesquisadores que vem se especializando no tema), com a produção intelectual daí decorrente. Dispositivos como os referidos veículos de disseminação do conhecimento produzido, os processos formativos que originam novos pesquisadores especializados, um conjunto de iniciativas tais como eventos acadêmi-

cos, além da ocupação em postos de comando da gestão pública do país, acabaram por fermentar uma ambiência que favoreceu a legitimação da referida rede enquanto mediadores simbólicos privilegiados na interpretação das políticas culturais no Brasil.

5.2 A produção simbólica e seus fundamentos axiológicos

Na Rede Cult, a produção é muito variada, mas os discursos são agenciados por crenças e valores bastante homogêneos. Além disso, a produção tem como interlocutores alguns atores restritos, um círculo de mediadores simbólicos privilegiados que preserva a imagem e os fundamentos do discurso oficial¹⁶.

Quadro 3 –Autores e obras mais citados objeto de análise

Autores nacionais	Título	Natureza da publicação
RUBIM, Albino & BARBALHO, Alexandre (orgs.)	Políticas culturais no Brasil	Livro org/ Cult
RUBIM, Linda. (org.)	Organização e Produção da Cultura	Livro org/ Cult
RUBIM, Albino	Políticas Culturais: entre o possível e o impossível	Artigo/Cult
NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.)	Teoria e política da cultura: visões multidisciplinares	Livro org/Cult
RUBIM, Albino & ROCHA, Renata (Org.)	Políticas Culturais	Livro org./Cult
BARBALHO, Alexandre	Política cultural	Artigo/Cult
RUBIM, Albino (orgs.)	Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos	Artigo/Cult
RUBIM, Antonio Albino Canelas	Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios	Artigo/Cult
BOTELHO, Isaura	As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas	Artigo/Cult
RUBIM, Antonio	Dilemas para uma política cultural na contemporaneidade	Artigo
BARBALHO, Alexandre	Relações entre Estado e cultura no Brasil	Livro
BOTELHO, Isaura	A Política Cultural e o Plano das Ideias	Artigo/Cult
BARBALHO, Alexandre	Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença	Artigo/Cult

Elaboração dos autores

16. Os textos analisados estão na base de dados da pesquisa “Estudos da Cultura no Brasil: um mapa possível” e contou com o apoio do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). A base é formada por autores internacionais com destaque para Nestor Garcia Canclini, Stuart Hall, George Yúdice, Michel de Certeau, Raymond Williams e Homi Bhabha. Os autores nacionais mais citados são Albino Rubim, Alexandre Barbalho e Lia Calabre, que fazem parte da rede de pesquisadores em Políticas Culturais - REDEPULT, criada em 2007 durante o III ENECULT. Ressalte-se ainda, que as obras mais

O grupo de mediadores regula a produção das representações que conformam os discursos. Evidente, não estamos dizendo que há censura ou que o dispositivo de pesquisa funcione como aparelho ideológico. Ao contrário, as interpretações são diversas e múltiplas, mas gravitam em torno de imagens, crenças e valores comuns ao pós-neoliberalismo. A proposição de temas e formas de abordagem são fortemente propostos pelos mediadores simbólicos. O campo de proposições de pesquisa é então delimitado e assim, é seletivo, promovendo inclusões e exclusões de temas e abordagens. Para evidenciar as inclusões podemos citar a forte presença dos estudos culturais. Por sua vez, as exclusões evidenciam-se na ausência de estudos econômicos, de gestão e de modelos de análise de políticas públicas.

As publicações são muito diferenciadas, mas pode-se caracterizá-las, em geral, por se tratar de textos descritivos, voltados para o registro do que acontece nas políticas culturais e nos seus segmentos de políticas públicas, propagando e difundindo as iniciativas dos governos recentes, especialmente dos governos pós-neoliberais (quando outros períodos de governo aparecem, são caracterizados pela ausência de políticas ou pelo predomínio das instâncias

organizacionais do mercado).

As produções socializam um conjunto de reflexões ao qual podemos caracterizar como de intervenção. Elas descrevem o que está sendo realizado e o que as iniciativas governamentais significam no contexto das ausências de períodos anteriores. São produções fortemente informativas que, embora nem sempre com eixos analíticos explicitamente construídos para a interpretação, apresentam os diferenciais positivos dos governos pós-neoliberais em relação a outros.

Esta configuração é própria das atividades ideológicas que vinculam a interpretação a um conjunto de ideais normativos específicos capazes de vincular os atores ao processo de difusão e elaboração, oferecendo exemplos empíricos convincentes na matriz de valores, crenças e ideias organizados num quadro ideológico pré-estruturado. Nesse sentido, não há necessidade de distinção entre pesquisadores, militantes, intelectuais engajados e público. A assimetria entre pesquisador, pesquisado e público é desfeita em função de objetivos de construção de consensos provisórios em torno de valores e orientações políticas comuns. Aqui está presente uma espécie de pós-positivismo misturado com métodos intuitivos

utilizadas de autoria e/ou organizadas por Rubim, Calabre e Barbalho compõem a Coleção Cult, editada pela EDUFBA e que já conta com a publicação de 28 títulos, na sua maioria dedicada à temática das políticas culturais. Pode-se afirmar, então, que esse conjunto de autores que conforma a rede, com especial destaque para os três mais citados, vem contribuindo para a consolidação das políticas culturais como um campo de estudos, mediante uma produção bibliográfica regular e profusa sobre políticas culturais no Brasil. Considerando-se o quadro delineado a partir das referências bibliográficas nacionais utilizadas pelos autores dos artigos apresentados no ENECULT, perfilou-se com certa clareza a suspeita de que já portávamos, a saber: a conformação de uma elite intelectual que vem se tornando referência para as pesquisas realizadas acerca do tema das políticas culturais. A dinâmica da rede e o perfil já foram objeto de análise e são aqui aprofundadas. Ver Pitombo, M. et alii "Intérpretes e produções sobre políticas culturais no Brasil: a radiografia de uma elite hegemônica", no prelo.

vos de pesquisa-ação e com a ideia do intelectual orgânico gramsciano. É o conjunto de relações entre esses atores e processos de construção simbólica que, interpelados pela ideologia geral, o que denominamos pós-neoliberalismo, assegura a eficácia do projeto geral.

O caráter crítico é evidente, mas o aspecto normativo nem sempre é tão claro. Esse se revela pela generalização simbólica, pelo uso de conceitos de textura aberta e pela intrusão de premissas normativas nem sempre reveladas (por exemplo, o conceito de democracia – e são tantos –, a necessidade de construção de setorialidade nas políticas públicas de cultura ou ainda, hipóteses sobre como funcionaria a descentralização, raras vezes são objeto de discussão). Ademais, os fatos narrados são sempre alusivos e os métodos não permitem a perspectivação da realidade social e institucional que é investigada (quem fala? Em nome de que posição social e institucional? Em que base empírica são apoiadas as descrições?).

Tomando o conjunto da produção Cult,

especialmente seus livros como referencial, nossa hipótese que a cultura política comum é o pós-neoliberalismo¹⁷ desenha-se a partir da crítica recorrente ao neoliberalismo de governos anteriores, na qual o período Fernando Henrique Cardoso (FHC), que vai de 1995 a 2002, aparece como maior exemplo, e pela ideia de centralidade do Estado, do sistema de direitos culturais, do sistema nacional de cultura e das diretrizes da participação e descentralização. Esse parece o núcleo comum: democracia e cidadania. As divergências estratégicas, de concepções, de avaliações de contexto e alternativas raramente são tematizadas.

No pós-neoliberalismo, deriva das formulações da Rede Cult, o poder estatal deve ser fortalecido e democratizado. Evidentemente, esse projeto associa-se à produção simbólica centralizada em agentes públicos universalistas e na sua distinção das produções provenientes do mercado, que teriam interesses particularistas e individualistas. A democratização implica, por sua vez, em fortalecimento do Estado e das instâncias

17. Ilustrativo é o conjunto de títulos publicados na Coleção Cult que se destinam à análise das políticas culturais implementadas durante o período que aqui denominamos de pós-neoliberais, a saber: “Políticas culturais no governo Lula (2010); “Políticas culturais, democracia e conselhos de Cultura” (2010) “Políticas Culturais no Governo Dilma” (2015). Os artigos dedicam-se à análise de políticas específicas implementadas durante o referido ciclo político. Ainda que apontem limitações e críticas à efetivação de algumas políticas, a exemplo da mudança na condução da gestão de políticas culturais no governo Dilma, – emblemático é o título de um dos artigos “Políticas culturais no primeiro governo Dilma: pata-mar rebaixado”- de modo geral, os artigos tendem a exaltar o caráter novidadeiro das políticas culturais implantadas especialmente no governo Lula, ressaltando o aspecto da mudança em relação a governos anteriores(considerados como ausentes e autoritários), adjetivando-as muitas das vezes como inaugurais na história das políticas culturais brasileiras. Vejamos um trecho do texto que apresenta o livro “Políticas culturais no governo Dilma”: “As gestões de Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010) no governo Lula, com (muitos) acertos e (alguns) erros, colocaram as políticas culturais em um expressivo patamar, nacional e internacional, nunca antes alcançado pelo Ministério da Cultura no país. Elas enfrentaram as tristes tradições – ausências, autoritarismos e instabilidades – que marcaram a trajetória das políticas culturais nacionais e inauguraram vigorosas políticas culturais em diversas áreas” (RUBIM; BARBALHO; CALABRE, 2015, p.9)

públicas. Fortalecimento do Estado em função da sua vinculação ao dever de garantir direitos de cidadania, espaço dos direitos culturais e sociais, e a por outro lado, fortalecimento da participação social, na forma de reorganização dos processos decisórios e da descentralização federativa.

Como a produção total em análise se dá sobre a vigência simbólica do pós-neoliberalismo, o esquema interpretativo sublinha as ações presentes conferindo-lhe discursivamente as características de plenitude de significação; nesse caso, quando diante da falta, a ação se vê desafiada; enquanto isso, o passado neoliberal é de falta e má vontade com a democracia e com os direitos garantidos pela ação pública. Em muitas situações, as ausências são completadas com descrições de desigualdades, concentrações de recursos sociais e simbólicos, monopólios decorrentes dos interesses de mercado ou do capital. Faltam as descrições empíricas a respeito das dinâmicas das desigualdades, dos movimentos dos atores e das relações no campo concreto. Nenhum dos textos sob interpretação faz qualquer referência ou descrição do que seriam as desigualdades, de quais seriam os monopólios, quem deles participaria ou dos movimentos dos atores nos espaços político-institucionais. No caso das políticas descritas, são representadas nos seus desenhos ou princípios mais gerais, como se a implementação não fosse da ordem da problematidade. Os argumentos sobre governos são sintéticos, como se o mesmo governo não sofresse de tensões e contradições em cada

uma de suas políticas ou entre elas. Evidentemente, as nossas assertivas não implicam numa oposição ao estilo interpretativo e aos valores carregados pelos textos analisados, mas ao caráter aberto dos seus conceitos e à sua imprecisão empírica.

No pós-neoliberalismo, a democracia estaria sendo realizada através de políticas públicas de Estado, baseadas na participação e na descentralização. Repetindo, aqui o que falta é tratado como desafio, potencial, características inteiramente alinhadas aos governos pós-neoliberais. No passado neoliberal, ao contrário, nenhuma dessas iniciativas existia, e nem poderiam, dada a presença de forças cujo contexto era de precedência do mercado e do individualismo.

É interessante apontar para a construção da cultura política comum como restituição da política, em contraste com a economia. A economia separa, a política une e permite a inclusão e expressão da cultura popular na cidadania. Nessa área, aponta-se que as políticas culturais só existiram e se fortaleceram em momentos de autoritarismo. O desafio seria consolidá-las em período de democracia. Interessante que os períodos autoritários elaboraram ideologias e enunciaram a cultura de forma muito similar: fortalecimento do Estado, reconciliação e reconhecimento das expressões populares no concerto da nação, união do político com o social, atuação do Estado em nome do bem público e uma concepção de democracia que deveria ajustar-se à realidade social¹⁸. O programa de ação se desdobrará

18. Podemos citar Azevedo Amaral, um dos ideólogos mais bem articulados do que se denominou pensamento autoritário no Brasil, referindo-se ao Estado Novo e, paradoxalmente, ao seu caráter democrático: “O golpe de Estado de 10 de novembro, protegendo o Brasil contra os perigos imediatos que a demagogia estimulada pela campanha de sucessão presidencial ameaçava precipitar, salvou o regime democrático,

com a proposição de efetivação de pesquisas sobre a realidade nacional, criação e reconhecimento de movimentos culturais nacionais, que estes se enraizam nas realidades locais e de que eles se relacionam com os problemas nacionais.

Considerando uma visão, por vezes anacrônica, na análise a respeito da história das dinâmicas entre cultura e Estado no Brasil, e a imprecisão conceitual no que se refere à democracia, às instituições e do papel dos mercados nos processos de desenvolvimento social, pode-se afirmar que a configuração do quadro ideológico pós-neoliberal dos estudos da Rede Cult tem uma carga crítica importante, mas também carrega fortes conteúdos normativos. O conteúdo normativo deve-se, em certa medida, à posição bifronte que alguns desses agentes ocupam quando dividem seu papel de intelectuais que interpretam o fenômeno das políticas culturais com a atuação na condição de gestores da máquina pública. Desse modo, alguns textos estabelecem espécies de “receituários” mediante recomendações propositivas do que se acredita serem as boas práticas para as políticas culturais consideradas inclusivas, democráticas e republicanas – valores caros ao pós-neoliberalismo. O que expressa a normatividade, aliás, sempre presente nas teorias e nas tipologias usadas na interpretação das Ciências Sociais, é o uso de conceitos abertos, analogias e metáforas sem o desdobramento em enunciados descritivos.

Numa análise sobre o histórico e os desafios para a implantação das políticas culturais no Brasil, a pesquisadora Lia Calabre (2007), por exemplo, arrola uma série de questões tomadas como desafios a serem enfrentados pelos governos e “**possíveis formas de atuação na elaboração de políticas**” (grifos nossos). A autora inicia a análise considerando duas questões-chaves na pauta das políticas culturais: a diversidade cultural e a economia da cultura. Como se trata de uma longa seção do artigo, selecionamos alguns trechos ilustrativos do caráter propositivo da abordagem:

“O primeiro ponto é o da defesa da diversidade como elemento fundamental para a continuação da existência das próprias sociedades e que comporta como proposições de política: (...) - Utilização da questão da diversidade como bandeira fundamental contra o processo de globalização uniformizadora” (grifos nossos). (CALABRE, 2010, p.103)

No que se refere ao modo de atuação do estado no mercado de bens simbólicos, a autora recomenda: “Implementar ações que inibam a intervenção mercadológica devastadora (como, por exemplo, alteração de calendários e de tempo de duração) em festejos e celebrações tradicionais”.

Por ser uma um campo de estudos que se insere dentro das políticas públicas, logo, num campo aplicado da produção de conhecimento, não será este um dos atributos (desejados) que marcam as interpretações

evidentemente o único compatível com as condições da realidade nacional e com os imperativos das tradições brasileiras. O estilo do Estado Novo define-se por duas características inconfundíveis. É democrático e é nacionalista (...) O Estado Novo é democrático porque é nacionalista. E somente corresponde à ideia nacional por ser democrático” (Amaral, 1981, p.107). Para uma abordagem mais ampla de uma das tradições democráticas do pensamento político e social brasileiro, ver, Almino, 1980.

no campo das políticas culturais?

Há diferenças nesse alinhamento. Muitos dos trabalhos analisados têm como característica, como já dissemos, o caráter mais alusivo, ideológico e laudatório, outros mais complexos, descritivos e mais capazes de distinção entre o dito e o feito, mas sempre mantêm o caráter de construto encarregado de fazer ver a inexistência de valores e de efetividade da cultura política pós-neoliberal em toda sua plenitude. O que nos interessa aqui é afirmar que os conceitos abertos como democracia, neoliberalismo, participação, descentralização etc. acabam por referenciar e organizar as interpretações presentes na área.

É interessante também ressaltar as relações nada simples entre pós-neoliberalismo e forças políticas organizadas. Esse conjunto de valores pode ter melhor expressão em um outro partido ou governo, mas se trata muito mais de um conjunto de enunciados valorativos que se identificam por afinidades eletiva com as forças políticas institucionalizadas. É assim que se tornam possíveis realinhamentos globais da produção teórico-reflexiva em suas relações com os governos. É ilustrativo que, depois de muitos livros e artigos de quase perfeito alinhamento político, surgem já nos primeiros anos do Governo Dilma Rousseff um conjunto de textos bastante críticos em relação às linhas de atuação do governo federal nas políticas culturais. Não se trata de uma redefinição, mas de uma constatação da linha editorial e dos autores da Rede Cult de que a realidade do governo se afasta do ideário pós-neoliberal e das prioridades construídas nos dois Governos Lula no campo da cultura, especialmente com os processos de descentralização, democratização e participação, com a construção de programas voltados para grupos de maior vulnerabili-

dade ou sem acesso às políticas públicas de fomento ou reconhecimento.

Considerações Finais

A dinâmica da Rede Cult foi interpretada a partir da atuação e da posição dos atores mais relevantes e mais citados. O estilo argumentativo e interpretativo desses intelectuais é o modelo que serve de espelho para a rede. Como se viu, nos esquemas interpretativos sobre as políticas culturais postos em prática pelo grupo analisado predominam valores e crenças gerais (democracia, participação, inclusão social, diversidade cultural, Estado ativo e garantidor de direitos etc.) sobre o controle de assertivas teóricas empiricamente referenciadas. Nesse sentido, os intelectuais em tela incorporam o papel de mediadores simbólicos fortemente vinculados ao regime de ação pública de governos denominados de pós-neoliberais.

Evidentemente, correu-se o risco das generalizações, pois os intelectuais analisados produziram um sem número de trabalhos em contextos e com interesses muito variados. Mesmo sabendo desse risco, a interpretação amparou-se nas trajetórias e no estilo narrativo dos trabalhos mais citados na rede. A principal característica desse grupo é a proximidade com o jogo político (propiciado, sobretudo, pela dupla função *gestor/intelectual* que alguns deles ocuparam) e no diálogo denso entre produção intelectual e orientação das políticas. Projeto político e intelectual estão amalgamados e é esta hibridização que dá força e eficácia ao grupo e simultaneamente à rede.

Como se viu, tal “hegemonia” se construiu também a partir de um eficaz aparato acadêmico de produção e disseminação do conhecimento mediante um número consi-

derável de publicações, no agendamento de programas de pesquisa e modelos interpretativos possibilitado pela formação de novos quadros de especialistas na área.

Referências Bibliográficas

BACHELARD, G. *A Formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Una Invitación a la Sociología Reflexiva*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

BOURDIEU, P. *Campo do poder, Campo Intelectual e habitus de Classe*. In: Bourdieu, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

BURAWOY, M. *A sociologia pública em tempos de Barack Obama*. Caderno CRH, Salvador, v. 22, n. 56, p. 233-244, 2009.

LAHIRE, B. (Org.). *Para qué Sirve la Sociología?* Buenos Aires: Siglo Veintuno, 2006.

MICELI, S. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

NASAR, Si. *A Imaginação Econômica*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

REGO, J. M. (Org.). *Retórica na Economia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

PASSERON, J.C. *O Raciocínio Sociológico – o espaço não popperiano do raciocínio natural*. Vozes: Petrópolis, 1995.

PECAUT, D. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

SEARLE, J. R. *Expressão e Significado: estudos da teoria dos atos da fala*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PEIRANO, M. *The Anthropology of Anthropology. The Brazilian case*. Série Antropológica, no

110, DAN, UnB, 1991.

PITOMBO, M. ; BARBOSA, F. ; NASCIMENTO, L. ; SOUZA, L. *Intérpretes e produções sobre políticas culturais no brasil: a radiografia de uma elite hegemônica*. (no prelo).

RUBIM, L.: VIEIRA, M. P. ; SOUZA, D. (Orgs.). *Ene-cult 10 anos*. Salvador: EDUFBA, 2014.

SAID, E.W. *Representações do Intelectual – As Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

RUBIM, A. A. C; BARBALHO, A.; CALABRE, L. *Políticas culturais no governo Dilma*. Salvador: EDUFBA, 2015.

RESUMO

O estudo sobre políticas culturais tem conhecido progressivo crescimento no Brasil nas últimas décadas. Nesse artigo, será tomado como foco de análise um grupo de intelectuais, denominado aqui de Rede Cult, cuja produção tem se tornado referência para as pesquisas desenvolvidas na área mais recentemente. Tomando como premissa o papel dos intelectuais como mediadores simbólicos, cujas interpretações constroem visões de mundo, este artigo intenciona analisar a dinâmica da rede a partir da sua produção, centrando o foco no estilo argumentativo e interpretativo desses intelectuais, de modo a apreender crenças, valores e os jogos políticos que orientam suas ações e estruturam suas posições sociais.

PALAVRAS-CHAVE

Intelectuais. Políticas culturais. Rede Cult.

ABSTRACT

The Brazilian studies on cultural policies have faced an exponential growth in the last decades. The researches of Rede Cult, a group of intellectuals which production have been reference for the studies developed in that area, will be the main focus of this article's analysis. Taking as a premise the role of these intellectuals as symbolic mediators, which interpretations have been building worldviews, this article intends to analyze the dynamics of Rede Cult from its production, focusing in the argumentative and interpretive styles of these intellectuals in order to comprehend their beliefs, values and political relations that guide its own actions and social positions.

KEYWORDS

Intellectuals. Cultural policies. Rede Cult.

Recebido em: 06/08/2018

Aprovado em: 13/12/2018